



8 de Março data que as operárias têxteis de Nova Lorange transformaram, com o seu luta, em Dia Internacional da Mulher.
Também as mulheres portuguesas se batem por fazer vingar os seus objectivos específicos de luta. O MES aponta aos revolucionários o caminho a seguir nesta frente de trabalho. A camarada Júlia Abrantes fala-nos da sua experiência de fábrica como mulher e como militante.

Poder Popular



CRIADA A «CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA»



“Só não somos ouvidos, nem respeitados, nem dignificados, porque ainda anda cada um para seu lado. É essa — e só essa — a nossa fraqueza. A criação e o crescimento de uma Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que faça sua a Carta da Lavoura aqui aprovada, é uma necessidade, é dum direito, é um dever. No respeito integral pela independência e liberdade de cada um, no escrupuloso cumprimento das regras democráticas, sem partidarismos políticos ou proselitismos religiosos, com plena autonomia — juntos façamos da nossa fraqueza uma enorme força.”
Esta a principal conclusão do Encontro, realizado em Coimbra, de pequenos e médios agricultores que reuniu delegados de 57 baldios, 56 casas do povo, 45 cooperativas, 36 ligas e uniões, 9 organizações diversas e de dezenas reuniões de agricultores.
Um facto muito positivo a criação desta organização de classe já que aparece como uma forte machadada sobre a direita e a cacicagem local. Apesar das intimidações da CAP, o Encontro decorreu com enorme participação de cauponeses vindos do Minho, Douro, Trás-os-Montes e das Beiras, tendo aprovado ainda a “Carta da Lavoura Portuguesa”.

VERDADEIROS E FALSOS CAMINHOS PARA A UNIDADE POPULAR

RESPOSTA A UMA CARTA ABERTA PUBLICADA NO 'PÁGINA UM'

Em números sucessivos de “Página Um”, essa mesma tribuna foi utilizada por duas pessoas diferentes que, embora com intenções distintas e de modo diverso, visaram o mesmo efeito: tentar denegrir o Movimento de Esquerda Socialista.

Este facto permite, desde logo, verificar duas coisas. A primeira, é que o fogo simultâneo sobre um mesmo alvo, ainda que provindo de origens diferentes, mas utilizando artilharia de idêntico fabrico, revela uma tática concertada — o que só vem confirmar o que o meu partido tem dito acerca de projectos esquerdistas e aventureiros que aí têm sido propagandeados. A segunda, é que o MES é portador duma alternativa política que constitui um obstáculo a esses mesmos projectos e por isso sofre as arremetidas dos seus promotores.

O primeiro dos artigos publicados não justificava uma resposta — trata-se de um ataque feito ao MES por um dirigente duma organização que ficámos a conhecer bem, e que por essa razão temos criticado com autoridade. Mas quanto ao 2º artigo, redigido em forma de carta aberta, já o mesmo não acontece: a gravidade de certas afirmações e a confusão que pode provocar por causa de quem o assinou, exigem uma resposta.

Mas essa resposta não poderá ser dada na mesma moeda: a experiência política não permite efectivamente responder taco-a-taco. Se a divulgação pública é um elemento indispensável da acção política, a prática ensina que ela tem o seu campo próprio, com limites bem definidos.

Por outro lado, o respeito e a amizade pelo autor da carta aberta obrigam-me a medir bem as palavras, para que se distinga claramente o alvo: a justa crítica de que fui porta-voz no III Congresso do MES à organização em lançamento e aos tortuosos processos utilizados, aliás coerentes com a linha política anarquizante e populista que a inspira. As citadas “figuras queridas do Movimento Popular”, exactamente porque o são, estamos todos no MES empenhados em manter com elas os estreitos laços de camaradagem tecidos ao longo destes anos de luta comum.

Apesar das divergências acerca desta questão, há muitas coisas em que estamos de acordo. Por exemplo, em afirmar que só a verdade é revolucionária, utilizando-a como instrumento de luta. É por isso que as posições claras e firmes que temos tomado a nível público quanto à nova organização, também as temos tomado, e previamente, em encontros pessoais, com

igual ou maior clareza e firmeza.

É por isso que lamentamos a cobertura dada a repetidas afirmações acerca de apoios de sectores e individualidades a essa organização, quando tal apoio não existe. É por isso ainda que, quando os seus promotores aparecem a reclamar-se, por exemplo, do Documento Guia Povo-MFA, se torna necessário recordar que os mesmos contrapuseram a esse instrumento capital que consagrou o Poder Popular propostas esquerdistas completamente desligadas do movimento de massas.

E ainda que vem a propósito estranhar que um estratega, com provas dadas perante todo o nosso povo, não saiba avaliar os efectivos das tropas no terreno — nomeadamente no caso do MES, quando elas foram decisivas pela sua acção, de Norte a Sul do País, pa-

ra o sucesso da campanha de que o prestigiado autor da carta aberta foi figura central.

O MES é uma organização política minoritária e aliás a nossa fraqueza é também um sinal do atrazo do processo na organização dos revolucionários no nosso país. Mas o nosso partido tem uma experiência provada na luta pela unidade Popular e dela recolhemos preciosos ensinamentos para a actual fase de luta. Tal como nos batemos pela unidade das massas trabalhadoras nos órgãos do Poder Popular, tal como nos batemos pela unidade das forças revolucionárias na FUR, tal como nos batemos no erguer dos Gdups, mantemos hoje também, numa situação radicalmente diferente, de resistência do movimento popular, uma firmeza e abertura muito grandes na luta pela unidade

(continua na pág. 8)

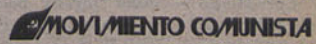
ESPAÑHA

Eugenio del Río, Secretario General del M.C. en la cárcel
junto con Anoní Hernandez Arana, Miguel Romero y Carlos Tuya
dirigentes de la O.I.C. la L.C.R. y el P.C.T.
por defender la libertad de expresión



«El pueblo tiene derecho a expresar libremente sus ideas políticas.»
«... tiene derecho a pronunciarse a favor de la República.»

¡Exijamos su libertad! ¡Por la libertad de expresión!



COMÍCIO EM 11 DE MARÇO - Voz do Operário

UNIDADE E LUTA!

CONTRA O AVANÇO DA DIREITA! NÃO AO CDS NO GOVERNO!

EM DESTAQUE

O IIº GOVERNO INICIA A SUA CARREIRA... "VAI SER UM GRANDE CHOQUE"

Em destaque, nesta quinzena que passou, o início das actividades do IIº Governo Constitucional. O verdadeiro significado da aliança PS/CDS feita na base dos slogans "resolver a crise - recuperação económica - estabilidade democrática" deixou já as cadeiras de S. Bento e vai começar a fazer sentir-se na vida e na bolsa das famílias portuguesas.

Neste início da sua carreira no IIº governo, Mário Soares, em entrevista ao jornal inglês "The Times" tirou as esperanças àquelas que acreditavam que "a coisa não iria ser tão má" - "vai ser um grande choque para o País... e obrigar a uma política de austeridade muito grande vai ter custos sociais enormes".

Soares abriu o jogo e, tal como o MES denunciou, vai assistir-se a um progra-

ma de recuperação económica para os capitalistas e agrários e a um programa de dificuldades para a maioria do nosso povo; um programa para agradar aos designios exploradores do FMI e um programa de desemprego para os trabalhadores. Com que lata se fala em austeridades quando só se vê ê luxos como no banque do rei norueguês...

Quanto ao socialismo, Soares afirmaria que é imprevisível quando se pensará nisso... Para quem se fartou de gritar "Socialismo sim! vigarice não!" bem apetece perguntar aonde está o vigarista...

Apesar do seu apelo ao "bom senso" dos reformistas, a resistência dos trabalhadores está na ordem do dia. Há que avançar para já, na organização duma grande Jornada Nacional de Luta que exprima bem a oposição dos trabalhadores a esta política.

INTERVENÇÃO SOCIALISTA - CAI O PANO!

"...Incorporando-se no PS, a Intervenção Socialista expressa a sua confiança na concretização futura do projecto socialista porque sempre se bateu e a convicção de que o Partido Socialista é a instância decisiva por a levar à prática". Assim explicaram os 30 membros da IS as razões da sua entrada para o partido de Soares.

A notícia não deixou de causar certo "espanto" em alguns meios nomeadamente para quem desconhecisse a verdadeira vocação social-democrata dessa associação de animação política e dos seus promotores.

Coincidindo por um lado com uma política progressivamente mais à direita do PS - aliança com o CDS, programa do II Governo de reforço aberto de recuperação capitalista e de submissão ao imperialismo - e, por outro lado, com o descrédito galopante da cúpula do PS junto da sua base de apoio militante e operária - saídas em massa, formação da UEDS - esta "jogada" tem, para já, dois resultados imediatos:

O primeiro resultado é o de fornecer indiscutivelmente um último "sopro de esquerda", uma espécie de verniz para a política reaccionária de Soares. Nisso

esta jogada desempenha um papel objectivamente directista já que ninguém pode, seriamente, defender a viragem do PS por dentro. Essas "infiltrações" tiveram o seu tempo e hoje a opção dos 30 membros da IS é bem outra.

O segundo resultado é o de permitir, pôr a nu quais as verdadeiras posições políticas deste grupo "ex-MES" saído do nosso Iº Congresso.

Já no IIº Congresso, ao analisar esse período de vida do nosso partido, a CPN diria no seu Relatório tratar-se de "posições oportunistas quase sempre encobertas na ambiguidade de fazer 'a revolução possível' o que sempre veio a dar em não fazer revolução nenhuma".

Agora o "pano caiu"... A médio prazo tratar-se-ia, para os membros da IS, duma "jogada" política em que, face à previsível crise do actual governo, se tentaria "colar" o PS a sectores "Melo-Antunistas" e ao próprio Eanes.

Claro que para o MES não é indiferente que o PS faça uma política mais ou menos à direita, só que a luta pelo socialismo faz-se, hoje, em locais e organizações bem diferentes daquelas em que acabaram por cair os membros da IS. O futuro o dirá...



TARRAFAL - "NENHUM SACRIFICIO É ESCUSADO QUANDO SE TRATA DE LUTAR PELA LIBERTAÇÃO DO POVO"

Todo o povo português e, muito em particular, o povo de Lisboa viveu horas de grande emoção e espírito anti-fascista com a chegada ao nosso país das urnas dos 32 combatentes que, no campo da morte lenta do Tarrafal, deram a sua vida pela liberdade.

"A luta continua, fascismo nunca mais" foi a palavra-de-ordem gritada em uníssono por dezenas de milhar de anti-fascistas, grito que demonstrou bem o ódio do nosso povo ao regime político de que o capital se serviu para explorar brutalmente os trabalhadores portugueses e os povos das colónias.

Esse grito não pode constituir apenas uma recusa do passado - "fascismo nunca mais" - mas estar bem presente face às ameaças fascizantes e ao progressivo autoritarismo

na nossa sociedade - "a luta continua" - pois!

O nosso partido esteve presente através do camarada do Secretariado do CC - Nuno Teotónio Pereira e de uma delegação da DORL que colocou uma coroa de flores junto das urnas, para além dos inúmeros camaradas que as acompanharam. Seria igualmente entregue a seguinte mensagem:

"O MES na hora do regresso ao país dos combatentes anti-fascistas mortos no Tarrafal saúda a iniciativa e apela a todos os democratas, anti-fascistas e revolucionários para que se incorporem na manifestação em sua honra para que se mantenha viva a chama do 25 de Abril.

Nenhum sacrificio é escusado quando se trata de lutar pela liberdade de um Povo."

O JULGAMENTO DO CAPITÃO ANDRADE E SILVA: DE NOVO O "25 DE ABRIL" NO BANCO DOS RÉUS

Começou no passado dia 16 de Fevereiro o julgamento de mais um capitão de Abril - Andrade e Silva, acusado de homicídio voluntário.



Vítima de provocações de reconhecidos marginais direitistas e separatistas num restaurante do Funchal que o tentaram intimidar a sair da Madeira, Andrade e Silva viu-se obrigado a puchar da arma em legítima defesa.

AMARO DA COSTA E O "PORTUGUESISMO" DE KAULZA DE ARRIAGA!

Em sessão de "esclarecimento" do CDS no Bonfim, enquanto era alvo duma tentativa de boicote por parte dum bando nazi do MIRN, Amaro da Costa descaiu-se: para quem ainda não o sabia o destacado membro do CDS confessou o seu respeito pelo "portuguesismo" de Kaulza de Arriaga.

Claro que o CDS viria, mais tarde, a desmentir tal facto...; o que mais uma vez se comprovou é que a direita juga sempre com duas

Apesar das declarações de diversas testemunhas oculares e do pesado cadastro dos provocadores o juiz de instrução acabou por considerar que se tratava de um caso de homicídio voluntário.

Mais uma vez é o "25 de Abril" que está no banco dos réus! Mais um caso a juntar ao de Rui Gomes, à prisão recente de Maximiano Serra - pela participação na acção revolucionária do assalto ao forte de Beja!!!, e de tantos outros que vem demonstrando bem aonde chegam as cedências à direita - primeiro levantam a cabeça, depois querem fazer lei a lei do "24 de Abril".

caras: uma parlamentar e outra arruaceira. O CDS quer-se mostrar como força "democrática" e governamental mas, p-r isso, precisa da sua direita que vá fazendo e dizendo aquilo que Freitas do Amaral e Amaro da Costa por "razões de Estado" não podem. Apesar das suas "divergências", a extrema-direita parlamentar e extraparlamentar está unida nos mesmos objectivos de exploração desenfreada do nosso povo.



CISÃO SINDICAL: TODOS RALHAM...

Governo de direita já temos. O programa respectivo já está aprovado. Resta, pois, fazer com que os trabalhadores engulam a pilula. O que aliás - não parece coisa fácil dado o grau de organização e consciência que as massas trabalhadoras demonstram.

A direita sente que tem de enfraquecer e desarmar o Movimento Popular. Para isso definiu o seu objectivo central: Partir o Movimento Sindical.

Nesse sentido são feitas várias tentativas: Em 1974 o PS fundou o Centro de Estudos Sindicais (C.E.S.) que a si próprio se propusera "opôr-se à hegemonia do PCP no mundo sindical (é, claro, tentar impôr a sua própria hegemonia...) Este centro, de que um dos fundadores foi o próprio Marcelo Curto (Ministro do Trabalho do 6º Governo) serviu de elemento de ligação aos Sindicatos americanos e alemães. Através dele entraram muitas instruções, muitos dólares e muitos marcos para o PS.

Pois há cerca de uma semana, em Conferência de Imprensa, os dirigentes da CES (entre os quais se contava Pelágio Madureira, adjunto de Soares para os assuntos de trabalho!) anunciaram a criação da CDT (Confederação Democrática dos Trabalhadores) que visava vir a ser uma nova central sindical.

Contavam, para tal empreendimento, com um sindicato paralelo recém-criado e com mais três ainda a criar...! Esta Conferência custou o emprego ao Madureira, que no dia seguinte foi dispensado das suas funções de adjunto do Primeiro Ministro!!

Entretanto Marcelo Curto, em entrevista a "O Jornal" defendia o afastamento dos sindicalistas do PS em relação ao "sindicalismo reformista do PPD" e contestava a continuação de sindicalistas do PS na Carta Aberta.

No entanto não parece ser esta a orientação oficial do PS ao nível sindical que continua a pautar-se pelo já velho documento Gonelha. Inspirados nesta linha parecem ser os projectos de construção a partir do Sindicato dos Seguros da UDTP (União Democrática dos Trabalhadores Portugueses), organismo que visa substituir a Carta Aberta, constituindo segunda central Sindical, em oposição à CGTP.

Como se vê, para dividir os trabalhadores, projectos não faltam. Felizmente os estrategas da divisão não se entendem. Para além do desejo comum de facilitar a recuperação capitalista, estes "sindicalistas" guerreiam-se porque todos prosseguem os seus "objectivos vizinhos".

E ainda bem. A fraqueza deles é (também) a nossa força.

ANÚNCIO A QUE "I.S." RESPONDEU

PARTIDO DE GOVERNO, PRETENDENDO RECUPERAR IMAGEM DE ESQUERDA QUE SE ENCONTRA BASTANTE DETERIORADA, ADMITE AO SEU SERVIÇO PERSONALIDADES QUE POSSUAM CURRÍCULO IDÓNEO PARA PREENCHER AQUELA FINALIDADE.

DE-SE PREFERÊNCIA A QUEM DEMONSTRAR MODOS CIVILIZADOS E HÁBITOS DE CONVIVÊNCIA ORDEIRA E CORDIAL.

REUNIÇÕES, REALIZAR E HONRAR COMPATÍVEIS COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

ENVIAR CURRÍCULO DETALHADO INDICANDO ACTIVIDADES REVOLUCIONÁRIAS QUE NÃO CHEGOU A EXERCER, ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA A QUE DEIXOU DE PERTENCER, EMPREENDIMENTOS E PROJECTOS EM QUE COLABOROU ATÉ MEIO, PERSONALIDADES CIVIS E MILITARES QUE DEIXOU DE APOIAR, VENCIMENTO PRETENDIDO E FUNÇÕES QUE DEBEJA EXERCER:

SECRETÁRIO DE ESTADO
ADMINISTRADOR
EMBAXADOR
(MARQUE COM UMA CRUZ O QUE INTERESSAR)

MÁXIMO SÍMBOLO.

REPOSTA AO APARTADO 25.1175. R. DA EMENDA, LISBOA.

EDITORIAL

um cabaz bem recheado...

... AUSTERIDADE...

"Um grande choque para o país" foi como o primeiro - ministro Soares se referiu à política de austeridade que o seu governo PS/CDS se propõe aplicar desde já. Conhecendo o que foram os projectos e a política do I Governo Constitucional e o programa e a composição do actual, não é difícil prever que serão sobretudo a classe operária e os trabalhadores a sofrer o choque de tal "austeridade", que por outro lado não resolverá nenhum dos graves problemas económicos e sociais do país.

No decorrer do mandato do I Governo Constitucional o saldo negativo da balança comercial do nosso país passou de 73 milhões de contos em 1976 para o que se estima ser de 110 milhões em 1977, o que dá uma medida do crescimento da nossa dependência externa em tal período. Paralelamente, os encargos com a dívida do Estado cresceram a um ritmo acelerado, tendo o I Governo respondido a esta situação com um agravamento dos impostos - em particular dos que têm reflexos directos no nível de vida dos trabalhadores - e com uma redução das despesas do Estado com a habitação, o ensino e a saúde, tal como prevê o Orçamento Geral do Estado para 1978.

O aumento dos impostos que afectam sobretudo os trabalhadores foi, em 1977, de cerca de 20%, contribuindo, em conjunto com os aumentos dos preços e a contenção salarial, para a redução dos salários reais, que foi de 18% entre 1976 e 1977.

O novo curso que a governação burguesa tem seguido está bem expresso na percentagem decrescente do rendimento nacional que beneficia os trabalhadores: 60,1% em 1975, 55,8% em 1976 e 51,7% em 1977. Todos estes números traduzem afinal uma gravíssima redução do nível de vida dos trabalhadores, mais brutal ainda no caso dos reformados e pensionistas que a política do novo governo com o CDS vai prosseguir e agravar. Com efeito, o programa deste governo aponta desde já para a subida incontrolada dos preços, para o agravamento dos impostos que mais atingem os trabalhadores (profissional e de transacções), para a redução de transferências e subsídios, isto é, das despesas sociais do Estado. Aponta igualmente para uma contenção agravada dos salários, que foi já preparada pela prorrogação do decreto-lei 49 - A/77 dos 15% de miséria e pelo anúncio do desemprego, cujo espectro não deixara de ser utilizado pelo governo para pressionar os trabalhadores à aceitação passiva das suas leis.

...PACTO SOCIAL...

Dialogante na aparência, o Governo PS/CDS propõe-se negociar com os trabalhadores um "Acordo ou Contrato Social", através do qual se consiga a "ma-

nutenção da paz social" e "a estabilização das relações de trabalho". Seria um pacto pelo qual os trabalhadores aceitariam restrições à sua liberdade para negociar aumentos salariais e para defender direitos conquistados.

Conhecendo o programa do Governo (o que está escrito e, sobretudo, o que não está escrito mas se adivinha), sabe-se que o governo e a classe dominante nada dariam em troca de tal pacto. Se o programa do governo contém promessas, essas são endereçadas ao grande capital: assim, por exemplo, é apontado o fim de Junho para se fixar os montantes das indemnizações a pagar aos capitalistas expropriados. É concreto, mas destina-se aos patrões!

Mas se os trabalhadores não têm dúvidas sobre o Pacto Social e não mandatam os seus órgãos de classe para o negociar, o governo tem de encontrar quem o "negoceie", por eles: um "parceiro social" à altura.

... CISÃO SINDICAL

Assim se compreende a desusada agitação destas duas últimas semanas nos meios que trabalham para a divisão sindical e a criação da central paralela. Subitamente surgem diversos projectos dentro e fora da Carta Aberta, que revelam concepções diversas de como e quando lançar uma segunda central, ligadas a sectores "sindicais" do PS e PPD.

Para além do que, em questões de métodos e nesta fase, possa-se separar a gente do PPD e do PS e, dentro deste, Curto, Gonelha ou Madureira, o que esta agitação vem revelar é a urgência com que as forças burguesas encaram a criação da central para lela com apoio directo da CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres). Tal é, com efeito, uma condição para impôr a austeridade capitalista, enfraquecer a resistência dos trabalhadores e forjar um "parceiro social" que os substitua.

A luta contra a austeridade e o Pacto Social é, assim, indissociável da luta contra a cisão sindical. A tarefa principal dos sindicalistas revolucionários nesta fase só pode, pois, ser a de fortalecer a CGTP - IN como central única dos trabalhadores portugueses e combater a implantação orgânica e as iniciativas dos divisionistas; O que impõe também, dentro da central única, o reforço das posições que consequentemente se opõem ao Pacto Social e à conciliação, e dar combate às posições reformistas dominantes. Atingem-se estes objectivos pela acção nos locais de trabalho, nas assembleias, pelo exemplo militante, pelo trabalho de organização. Não se atingem estes objectivos por actuações sectárias e pelo radicalismo verbalista que substituem esse trabalho persistente pelo mero agitar de palavras-de-ordem.



Soares: vai ser um grande choque...



Congresso de Todos os Sindicatos - levar à prática o seu programa de luta, derrotar a cisão...



ASSINATURA

Poder Popular MES

Journal Quinzenal
- Sai às 5.ªs feiras
Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa
Telefone 66 26 29
Impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00 12 meses 130\$00
apoio 250\$00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
Morada _____

 ENVIO CHEQUE N.º BANCO
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º

O MES NO SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA R.A.S.D.

Em representação do nosso Partido e acedendo ao convite formulado pela Frente Polisário, deslocou-se à República Árabe Saharoui Demo-

crática o camarada Joaquim Banha a fim de participar nas comemorações do segundo aniversário da proclamação da independência deste país. Através do camarada Joaquim Banha, que já várias vezes representou o nosso Partido em vários países africa-

nos, o MES esteve assim, no passado dia 27, presente numa jornada que constituiu um marco importante na luta dos povos explorados contra a dominação imperialista.

CONFERÊNCIA SINDICAL DA ORL

Realizou-se na sede central do nosso Partido, no passado dia 25, a Conferência Sindical da Organização Regional de Lisboa.

Tendo funcionado numa primeira parte por secções, reuniu depois em plenário onde foi feito o balanço do trabalho e apresentadas as conclusões da Conferência.

Os documentos base para análise e discussão foram o projecto de Resolução da Conferência Sindical Nacional apresentado ao III Congresso e que o CC já tomou em resolução, o Relatório Político e Organizativo da DORL, os documentos elaborados para a Conferência e a Resolução sobre Política Organizativa aprovada no III Congresso.

JORNAL "UNIR"

Saiu o nº 5 do jornal "Unir" do comité local do MES das Caldas da Rainha.

Para além do Editorial podem aí ler-se artigos sobre o III Congresso do nosso Partido e os congressos

do MPLA e do PAIGC, sobre a questão da mulher e outros assuntos de interesse local.

PLENÁRIOS DA ORBL E DA ORP

Realizaram-se no fim de semana de 18 e 19 de Fevereiro os plenários das Organizações Regionais da Beira Litoral e do Porto, respectivamente em Ovar e no Porto, com a presença de camaradas do Comité Central.

SESSÃO CULTURAL EM SANTARÉM

No próximo sábado dia 4 de Março vai realizar-se

a partir das 15 horas na sede do MES de Santarém uma sessão cultural e de debate destinada a membros e simpatizantes do partido.

Para além do debate sobre a actual situação política nacional e no Ribatejo, serão passados duas colecções de "slides" sobre a luta anti-imperialista

PORTALEGRE - SAIU A "LUTA CONTINUA"

Saiu o nº 16 da folha do MES para o Alto Alentejo. Esta folha "A LUTA CONTINUA" vem-se mostrando como um poderoso auxiliar do trabalho do partido na região

SETE ANOS EM LUTA



ENTREVISTA COMO CAMARADA VITOR WENGOROVIVS

8 MARÇO DIA DA MULHER

PP - Qual o papel do MES na evolução da esquerda revolucionária?

V.W. - O MES nasceu como é sabido das e nas lutas políticas anteriores ao 25 de Abril, embora não tivesse uma estrutura partidária nem tivesse utilizado o nome que depois veio a usar. Movimento político de esquerda que não nasceu de ciões do P.C.P., não tinha assim por um lado a experiência política e organizativa do movimento comunista internacional e nacional, tendo porém em contrapartida a vantagem de não estar marcado pelas características dessas roturas e efeitos negativos que vinham a assumir, indo em muitos casos, sobretudo depois do 25 de Abril, até a claras alianças com forças de direita e mesmo fascizantes.

Se entretanto as características politicamente positivas do MES, como força comunista jovem, com actuação de vanguarda razoavelmente esclarecida em diferentes domínios e em ocasiões importantes de luta, lhe são quase exclusivas e derivadas das referidas origens históricas, os feitos e limites que revelou já não podem separar-se da situação de todas as forças e tendências de esquerda em Portugal, com uma área que se tem chamado de esquerda revolucionária, ampla mas sem teoria política e comum organização que lhe dessem coerência, apertada por sua vez entre um PS desde o início ligado e forças imperialistas, um PC inteiramente integrado na estratégia dos blocos e com uma propensão sectária muito reforçada pelo longo período de luta clandestina, e grupos "m-l" resvalando sucessivamente para a direita, com excepção dos que se vieram a fundir no PCP(r)/UDP, mas cujo sectarismo era enorme e só len-

tamente se tem vindo atenuando, bem como a dependência da lamentável política externa chinesa.

Todavia ao MES, por o 25 de Abril o não ter encontrado ainda suficientemente organizado como o partido e como frente, terá faltado uma actuação mais decidida e com mais iniciativa, dentro das forças de esquerda, no sentido de distinguir os diferentes níveis e pontos de possíveis actuações comuns, ou seja ter contribuído de forma mais concreta e regular para clarificar os terrenos de unidade, o que uma força com as características do MES estaria bem colocada para fazer.



Actuando sempre em claro sentido de unidade, desde a FUR aos GDUP's, encontrou o MES obstáculos muitas vezes intransponíveis que lhe eram alheios, mas, por outro lado, desenvolvendo plenamente as suas próprias virtualidades políticas poderia ter contribuído melhor para se evitarem os erros cometidos pelas forças de esquerda numa e noutra ocasião. Fortalecido pela primeira fase do seu III Congresso, pelo debate havido e conclusões tiradas, é essencial para o MES tomar com urgência essa iniciativa, e fazê-lo em termos que, em comparação com o passado recente, encerrem não quase só boa vontade e análise política mas também maturidade.

PP - Qual te parece que possa ser o papel do III Congresso na evolução da

actuação do MES? Que aspectos pensas que essa actuação deve revestir?

A fase actual - cuja caracterização no fundamentalmente me parece, mais uma vez, correctamente feita, designadamente na Resolução Política saída do III Congresso - exige-nos todavia uma remodelação importante tanto na direcção da política do partido como na direcção da própria organização partidária em si mesma.

Parece que exista uma verdadeira direcção política do partido é preciso que esta passe a responder, ou pelo menos a debater e a

tentar responder, aos problemas concretos dos trabalhadores (formas de intervenção consoante o tipo de empresas, nacionalizadas, ainda intervencionadas, privadas, cooperativas ou em auto-gestão, consoante o sector económico e as suas relações com o mercado capitalista europeu e respectivos critérios de divisão do trabalho, e consoante o tipo específico da ofensiva capitalista nesse sector e/ou região dentro do quadro do país, e ainda aos problemas do quotidiano onde avulta actualmente a habitação).

A responder também, em moldes sentidos pela população, às novas formas de dominação imperialista (para o que se deram alguns passos) e às suas exigências, e, precavamente, a preparar em moldes organizados e não-aventureiristas

a resposta aos riscos de fascização política, que todavia me parece serem consequentes a uma prévia refascização das relações sociais.

Por outro lado, no plano da organização partidária, há que assegurar que se conclua o debate da política sectorial (já iniciado na questão sindical e agrária, e ainda quanto à habitação, frente estudantil e à questão da mulher), em termos de todo o partido se tornar consciente dos respectivos problemas e respostas políticas.

Além disso levar a cabo uma política consequente (que tenha em conta a realidade da vida do trabalhador e de todos os filiados e se entronque nela) de formação de quadros, de recrutamento e de apoio central organizado e de resposta assegurada às organizações regionais do partido ou seus embriões.

Mas tudo isto, se há-de ser feito com a consciência clara da demora natural do trabalho de construção de um partido, não pode deixar de ter em conta os interesses e o perigo do desanimo de muitos que só uma correcta política frentista, de si própria mais imediatista, poderá ajudar a superar. Nesta área são grandes os limites exteriores do MES, tão dividida se encontra a esquerda. Mas, para já, podemos retomar iniciativa dentro dum certo espaço (desde a UDP e a UEDS, e do que resta de organizações de base até aos sindicatos) e para certos objectivos (no imediato a luta sindical, a luta anti-imperialista, e o controle crítico da actuação dos órgãos de poder, preparando a eventualidade de eleições antecipadas; numa segunda fase a questão dos jovens e das mulheres, e das precárias e formas de luta especificamente anti-fascistas).

De um texto de apresentação sobre a mesma, clarificador dos seus objectivos ("uma maior divulgação de realizações culturais produzidas nos Açores, demonstrando a capacidade artística e criadora do homem açoriano, e, simultaneamente, visando dar combate ao fascismo-separatista, retirando-lhe pela base os seus argumentos, que aliás os não possui no campo estético"), respigamos algumas passagens mais importantes:

A Cultura Popular Açoriana, tendo embora uma especificidade própria das culturas fortemente regionalizadas, faz parte integrante da cultura popular portuguesa.

As questões de ordem social e política, levantadas

A consagração de um dia de calendário dedicado a nível mundial, à mulher, mostra bem a importância que esta questão tem vindo a assumir ao longo deste século.

Destinada pela sociedade, desde o aparecimento da propriedade privada, às funções de produtora de herdeiros e de transmissora da ideologia dominante (através da educação dos filhos que lhe compete quase em exclusivo), a mulher vê com o advento do capitalismo e a introdução das máquinas em larga escala na produção, a sua situação deslocar-se:

O capitalismo ganhou assim, com o lançamento da mulher em massa na actividade económica, um enorme exército de mão-de-obra de reserva que irá jogar, segundo as suas conveniências, na divisão do proletariado, na baixa dos salários, etc.

Mas por outro lado, tal facto irá permitir pôr em causa, como o nota Marx, "os costumes familiares", isto é, a ideologia que faz da mulher um objecto de uso masculino, para estar em casa a cuidar do lar e dos filhos, a ensinar-lhes as "boas" regras sociais, o respeito pela ordem estabelecida.

É esta lenta desagregação da ideologia tradicional sobre a situação da mulher e a sua crescente proletarização (no sentido de ir ganhando consciência proletária) que a fazem subir ao primeiro plano das grandes lutas sociais do nosso século, de que a greve das operárias de Nova Iorque, a 8 de Março de 1910, se tornou símbolo.

Uma mão-de-obra barata, adaptável e disciplinada

Nas vésperas do 25 de Abril a mão-de-obra feminina era largamente maior

ritária ou dominante em vários sectores tais como as confecções, têxteis de algodão, tabacos, os produtos farmacêuticos, electrónica, etc. sectores estes

onde dominava o capital estrangeiro.

As condições de trabalho nestes sectores eram das mais duras: tarefas pouco qualificadas, parcializadas e repetitivas, ritmos e cargas de trabalho elevados, baixíssimos salários, regime altamente autoritário e repressivo, condições estas que acumuladas e agravadas com a situação da mulher fora do local de trabalho (as lidas da casa, a educação dos filhos) a levaram a um rápido desgast físico e psíquico

"Só violamos as mulheres com quem casamos"

Com o 25 de Abril, embora conquistando importantes regalias salariais e sociais as mulheres foram as primeiras a sofrer as consequências da sabotagem económica dos patrões, da fuga de capitais, com particular destaque para as multinacionais, etc.

O grosso do exército de desempregados pós-25 de Abril era formado por mu-

lheres.

A sua participação activa ao longo do processo revolucionário permitiu-lhe conquistar um espaço onde pôde começar a pôr alguns dos problemas que a afectam procurando dar-lhes resposta:

A dupla tarefa, o planeamento familiar, o direito ao aborto, a igualdade com o homem perante a lei e na família, isto apesar do obstáculo que a ideologia burguesa dominante lhe oferece.

Mas em muitos aspectos a situação da mulher não se alterou substancialmente. Apesar da conquista de vários princípios legais na Constituição e da consequente alteração de várias leis regulando a igualdade de sexos no campo do trabalho, na vida social e política, na família, o que é facto é que a igualdade não se decreta: luta-se por ela e constrói-se dia a dia em cada local onde a repressão se faz sentir.

As desigualdades salariais e a discriminação na oportunidade de emprego e

de promoção tornam a palavra de ordem "A trabalho igual, salário igual" um objectivo de luta actual da mulher trabalhadora.

Igualmente é actual e objectivo de luta "Trabalho sim, Desemprego não", tanto mais se pensarmos na entrevista que o Director Geral do Emprego deu há dias, onde o espírito de chefe de família e do papel tradicional da mulher é defendido. A medida aponta-



da para combater o desemprego é "retirar da população activa que procura emprego as mulheres que têm ocupação, em princípio, em casa" pois "pelo afastamento voluntário de muitas mulheres, pode ser assegura-

do o emprego a todos os chefes de família"...

Também há que lutar pela divulgação do planeamento familiar e pelo direito ao aborto livre e gratuito cuja lei continua sem ser discutida, e que é de prever (com o "partido cristão" no Governo) em nada beneficiará as mulheres.

Manter a mulher num objecto de utilização caseira ao serviço do "macho" e do capital cercar-lhes os seus direitos levá-las

mulheres com quem casamos", a propósito do seu peito do seu partido pela Constituição.

Trazer as mulheres para o campo da revolução

A frente das mulheres constitui pois um terreno fundamental de intervenção dos revolucionários.

Mas para nós tal não se consegue abafando ou diluindo os seus objectivos

travam a nível global da sociedade, como fazem por sua vez os grupos feministas.

Para nós a intervenção nesta frente tem de partir da articulação dos objectivos próprios das mulheres com os objectivos de luta do movimento popular.

O MES propõe nesta perspectiva as três direcções em que se devem empenhar os militantes revolucionários - fazer dos objectivos de luta das mulheres, objectivos de luta do movimento sindical.

- quebrar o isolamento e a servidão da mulher no local de habitação;

- combater a ignorância e obscurantismo de que elas são particularmente vítimas.

A luta por estes objectivos exige um suporte organizativo adequado que poderá desembocar com o desenvolvimento do trabalho, numa frente sectorial própria dotada de autonomia sem que tal signifique ausência de direcção política dos revolucionários. É isso precisamente que garante a correcta ligação deste sector à luta mais geral do povo trabalhador contra o sistema capitalista, pela Revolução Socialista.

pado por uns dias mas não conseguimos mobilizar o conjunto dos trabalhadores para a importância daquela iniciativa e ela acabou por morrer.

Agora têm sido organizadas sessões sobre planeamento familiar. É um assunto que tanto diz respeito às mulheres como aos homens mas em que somos nós, a maior parte das vezes, a sofrer as consequências da sua ignorância.

P.P. - Qual tem sido a acção do Sindicato para a resolução dos problemas da mulher trabalhadora?

J.A. - Apesar de grande percentagem dos sócios do Sindicato dos Electricistas serem mulheres, pode dizer-se que o trabalho do sindicato neste campo tem sido nulo. Organizaram um Encontro sobre a mulher mas em que a mobilização e intervenção destas não existiu. Apareceram na Plessey com umas teses e queriam que nos pronunciássemos sobre elas. Não tiveram a preocupação de conhecer os nossos problemas, de nos confrontar com as trabalhadoras doutras fábricas e a partir daí fazer teses. O movimento sindical não tem tido em conta a importância e a situação específica da mulher como aliás se viu nas decisões saídas do plenário de 4 de Fevereiro em que esta questão não foi tocada. Ora há que chamar a mulher à luta mais geral de todos os trabalhadores mas sem diluirmos nessa luta os nossos objectivos próprios de mulheres trabalhadoras. Temos que fazer destes objectivos, objectivos de luta do movimento sindical. E como primeiro passo nessa direcção é preciso empenharmo-nos na criação de Comissões de Mulheres nos Sindicatos.

P.P. - Neste momento os trabalhadores da PAEP estão de novo em luta.

J.A. - A luta já vem do final do ano passado e entrou agora numa nova fase. Trata-se de aumentos salariais: enquanto nós propomos um aumento igual para todos os trabalhadores, a administração privilegia os "principais", os encarregados, os engenheiros, com grandes aumentos enquanto do resto do pessoal não fala nem quer ouvir falar.

A mobilização neste momento é boa tanto em Cabo Ruivo como em Corroios. Se nos mantivermos unidos e organizados conseguiremos vencer mais esta batalha.

IMPERIALISTAS PROVOCAM

"O Dia" de 16 de Fevereiro dá relevo a um artigo do jornal americano "New York Herald Tribune", sobre a situação na Lusálite (Cruz Quebrada), em que distorce gravemente a vida na fábrica durante o período da intervenção estatal e se ataca a acção da Comissão de Trabalhadores, para se concluir que "os lucros regressaram com o proprietário", o que por acaso é falso. O jornal americano ataca particularmente a acção do membro da CT Manuel Pires, que se destacou na luta pelo controle operário, com base em declarações de um administrador da empresa nomeado após o regresso do patrão Abecassis.

De resto, já em Agosto do ano passado, a revista "Business Week" publicara uma entrevista com este capitalista, na mesma linha de deturpação do que foram as intervenções estatais e de saudação à nova ordem que os governos de Soares vêm impondo.

Os trabalhadores da Lusálite saberão responder às provocações e exhibições dos patrões regressados. Quanto ao camarada Manuel Pires, as calúnias de orgãos do grande Capital americano e as citações de "O Dia" só podem servir para confirmar a justiça da sua acção e encorajar o trabalho da C.T. a que pertence.

com especial ênfase pós 25 de Abril, no interior do arquipélago e com reflexos no conjunto do país, colocam-nos perante a necessidade de desfazer equívocos que porventura ainda existam sobre a realidade e a verdade do povo açoriano.

Desde as formas artesanais mais simples e não individualizadas até à poesia e à pintura mais elaboradas e personalizadas, estabelece-se a relação de que estas não existiam sem aquelas e cremos que, sucintamente, apresentamos uma panorâmica da cultura popular açoriana no domínio estético. Entendemos, assim, que a cultura é tudo aquilo que um povo vai produzindo em ordem a transformar as suas relações com o mundo e que a sua dinâmica aponta no sentido alternativo e dialéctico a uma cultura que lhe é exterior e imposta pela classe dominante, superando-a e dela fazendo um instrumento libertador no avanço para a nova sociedade."



Entrevista com a camarada JÚLIA ABRANTES

OPERÁRIA DA PLESSEY

Militante sindical de longa data, com uma participação activa nas lutas operárias desenvolvidas na empresa onde trabalha a Plessey Automática Eléctrica Portuguesa, nomeadamente a greve de Novembro de 73, a camarada Júlia Abrantes, fala-nos a propósito do 8 de Março, da situação da mulher trabalhadora na fábrica de Cabo Ruivo e da luta que actualmente aí travam.

P.P. - Qual o papel que as mulheres desempenham na actividade sindical na empresa?

J.A. - Neste momento as mulheres têm pouca participação na vida sindical. Basta ver que, sendo a maioria do pessoal da PAEP de Cabo Ruivo, como aliás também o de Corroios, constituído por mulheres, os delegados sindicais são, no entanto, quase todos homens. Mas não foi sempre assim. Logo a seguir ao 25 de Abril havia um grande entusiasmo pela participação na actividade sindical e uma grande percentagem de delegados sindicais eram mulheres. Aliás, lembro-me que já quando foi a greve de Novembro de 73, no tempo do fascismo, fomos nós, as mulheres, que com o nosso entusiasmo e dedicação suportámos a luta. Ainda hoje muitas camaradas recordam esses dias, a disciplina e organização que mostrámos. Nessa altura tivemos que inventar artimanhas do diabo para conseguirmos espalhar a propaganda nas secções sem que os bufos e os pides dessem por isso.

P.P. - E a que se deve essa crescente desmobilização das mulheres?

J.A. - Por um lado à modificação da situação política que se seguiu ao 25 de Novembro. Por outro lado deve-se à nossa própria situação como mulheres, que nesse aspecto mudou pouco com o 25 de Abril: é tratar da casa, é o tratar dos filhos. Há maridos que não só não ajudam como impedem as mulheres de participar. Tenho colegas na fábrica que deixaram de ser delegadas sindicais, de ir aos plenários, de vir às reuniões porque tinham problemas em casa com os maridos: eles não queriam que elas andassem nessas coisas.

Julgo também que a actuação de várias CTs e Comissões de Delegados Sindicais facilitou o afastamento das mulheres da actividade sindical na empresa. Houve partidos, que utilizaram estes órgãos assim como os plenários para fazer passar a sua política. Isso levou a que muitas trabalhadoras fujam das reuniões e dos plenários por verem que nada de concreto vem daí.

P.P. - Quanto aos vossos problemas específicos, o que é que tem sido feito?

J.A. - Um dos problemas que mais nos afecta é a falta de uma creche para deixarmos os nossos filhos enquanto trabalhamos. A administração é obrigada por lei a ter uma, mas prefere dizer que não tem espaço para fazer e pagar a multa todos os anos.

Em Abril de 75 um grupo de trabalhadoras, homens e mulheres, ocupou um barracão da empresa, no Prior Velho, e que estava abandonado. Ainda tivemos aquilo ocu-



AÇORES CULTURA POPULAR

Realizou-se nos dias 16, 17 e 18 deste mês, em Lisboa, uma exposição sobre a cultura popular açoriana, levada a cabo por um grupo de intervenção cultural de açorianos residentes no continente (GIRARC).



TRABALHADORES EM LUTA!

TRABALHADORES DOS SABÕES MANIFESTAM-SE JUNTO DO M.T.

Em greve há mais de um mês, exigindo o respeito pelos direitos e regalias conquistadas na luta, os trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões manifestaram-se na segunda feira em Lisboa, junto do Ministério do Trabalho. Ao dirigirem-se ao Governo, os trabalhadores da S.N.S. visam, de imediato, que os responsáveis do Ministério do Trabalho tomem posição no conflito existente na empresa, mas pretendem também chamar a atenção da opinião pública para a apa-

tia manifestada pelas entidades governamentais relativamente à procura de soluções para um diferendo de consequências graves para a economia nacional.

Que fique pois claro que os trabalhadores da S.N.S. não estão interessados em agravar as já difíceis condições económicas do País, nem tão pouco que o recente aumento das margarinas tenha alguma coisa a ver com a greve que vêm travando pela defesa dos seus direitos. O que eles pretendem e exigem é não voltar ao 24 de Abril de 1974 e para isso é necessário resistir ao patronato e às forças que no nosso país defendem os interesses do capital e do imperialismo.

ALGOT

Depois das notícias iniciais de que a Algot reabriria apenas com 400 dos seus 1200 trabalhadores, veio agora a lume a informação de que a mesma reabrirá no princípio deste mês com 900 postos de trabalho.

A decisão terá sido tomada no decorrer de uma reunião na Suécia entre os representantes dos novos patrões da empresa, um consórcio americano-holandês e o administrador da Algot em Portugal. O imperialismo está pois vivamente interessado em facilitar a governação ao actual ministro da Indústria Ligeira, o eng. Abecassis do CDS, e aos seus companheiros de governo.

Entretanto, os trabalhadores portugueses, na sua luta pela manutenção dos postos de trabalho, têm mantido contactos estreitos com os seus camaradas da Algot-Sueca, a firma-mãe, e a Algot-finlandesa. Também eles se debatem com a ameaça do desemprego. Na Suécia, a actividade desta multinacional está reduzida a 50% tendo sido despedidos várias centenas de operários.

Os trabalhadores da Algot portuguesa batem-se neste momento por conseguir obter das entidades oficiais um subsídio equiparado ao subsídio de desemprego.

ELEIÇÕES PARA OS BANCÁRIOS

Para as próximas eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas apresentaram-se até agora 4 listas: uma afecta ao PPD, outra ao PS, outra ainda ao PCP e finalmente uma lista unitária agrupando um largo leque de forças de esquerda e independentes e que assenta numa aliança entre a UEDS e o MES e com o apoio da UDP.

O facto de a direita se apresentar dividida cria as condições para ser eleita uma lista que combata a cisão sindical. Mas a atitude divisionista e sectária do PCP de apresentar uma lista sob sua hegemonia exclusiva poderá levar a que se desperdice esta oportunidade.

QUE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA LEGISLAÇÃO ?

Uma importante conquista do pós-25 de Abril do movimento operário e sindical português, e que a Constituição consagra nos seus artigos 56º e 58º, vai ser discutida em breve na Assembleia da República.

Trata-se de dois projectos de lei sobre a participação das organizações dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, um apresentado pelo PS e outro pelo PCP. Sobre esta questão toma posição a direcção do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

O projecto do PS é já um princípio de revisão do que preceitua a Constituição. A sua preocupação é a de abrir os caminhos necessários que permitam o afastamento dos trabalhadores e das suas organizações de classe de uma intervenção activa nas questões legislativas que lhes digam respeito.

Esta intenção está bem patente na forma como este projecto fixa os prazos de participação: estipula um período de 20 a 40 dias "dentro dos quais as organizações dos trabalhadores poderão pronunciar-se por escrito", para de seguida acrescentar que "ocorrendo urgência inadiável, o prazo de consulta poderá ser reduzido até 12 dias", podendo mesmo, no caso de se tratar de um decreto-lei, ser aprovado e publicado pelo governo sem qualquer participação daqueles.

De igual modo, ao afirmar que "os comentários e sugestões das organizações dos trabalhadores serão tidas em conta como elementos de trabalho e dados de experiência" o PS mostra bem o carácter subalterno e secundário em que aquelas serão tidas, limitando o papel das organizações a funções meramente consultivas, como ressalta aliás da afirmação de que "o Governo e a Assembleia da República poderão conceder audiência oral às organizações dos trabalhado-

res.

Por sua vez, o projecto de lei do PCP pela sua generalidade vem também dar margem de manobra ao governo para interferir, sob a capa da lei, em direitos duramente conquistados pelas massas trabalhadoras e sobre os quais só a elas compete decidir.

Aceitar que o governo regularmente sobre as CT's por exemplo, é o que o projecto do PCP permite ao colocar os trabalhadores e as suas organizações na posição de simples participantes e colaboradores.

A posição tomada pela Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul representa, relativamente a estas duas, uma ruptura na forma de encetar a participação das organizações representativas dos trabalhadores.

Assim, põe estas em pé de igualdade com os partidos presentes na A.R. e com o governo quanto à possibilidade de apresentar propostas e posições sobre as leis do trabalho, dando-lhes ainda o direito de, no caso de apresentarem projecto alternativo aos que estão em discussão, "de participar directamente nos debates em igualdade de circunstâncias" com os partidos ou o governo.

Esta posição enquadra-se na perspectiva da Corrente Sindical Revolucionária de garantir uma real intervenção dos trabalhadores

na elaboração da legislação do trabalho, recusando ao mesmo tempo qualquer ingerência legislativa do governo que vise limitar direitos fundamentais cujo exercício diz respeito apenas aos próprios trabalhadores, o que aliás ficou expressamente consagrado nas decisões do recente plenário da CGTP-IN de 4 de Fevereiro.

A quem compete, em primeiro lugar, regulamentar ou tomar posições sobre matérias como a lei sindical, as CT's ou o direito à greve senão aos próprios trabalhadores, através da sua organização democrática de classe, e, principalmente, através do movimento sindical unitário? É este princípio, de defesa das conquistas alcançadas numa forma consequente, que faz da proposta apresentada pelo STTLVS um importante contributo para levar à prática as decisões do Congresso de todos os Sindicatos e dos plênários posteriores da CGTP-IN.



função pública adere à CGTP

Com a presença de cerca de 4000 trabalhadores realizou-se no Pavilhão dos Desportos uma Assembleia Geral do Sindicato da Função Pública da zona sul para discussão da adesão à Central Única - CGTP-IN.

Num momento em que outras centrais reaccionárias pretendem cavar mais uma vez a divisão no seio dos trabalhadores favorecendo a consolidação da política de direita que o Governo PS/CDS prossegue, a decisão inequívoca do plenário de adesão à IN-TER assume um papel importante.

A posição reaccionária de recusa de adesão à Central encabeçada pelo MRPP, com o PS e o CDS a apoiar, não teve mais de 50 votos.

Devemos no entanto salientar as duas posições que propuseram a adesão: - A da Direcção Sindi-

cal que apresentou uma proposta sem considerandos e a defender em nome da unidade e da democracia sindical praticada pela CGTP.

- A de um conjunto de delegados sindicais que, defendendo sem hesitações o sim à Central Única, colocam criticamente tal questão interrogando-se sobre a forma de condução do Movimento Sindical na actual situação política e na mobilização que, à luz das resoluções do plenário dos sindicatos de 8/10 e de 4/2, o Secretariado tem desenvolvido.

Pensamos que a posição dos revolucionários é de efectivamente considerar que na CGTP há que lutar por posições correctas, e é esse confronto no seio do movimento sindical unitário que lhe permite ser a expressão das diferentes opiniões existentes a nível dos trabalhadores mantendo uma unidade não monolítica mas sim viva e actuante.

Os TFP, num momento em que pesa sobre eles a ameaça de despedimentos maciços à luz do programa de Governo no que toca à Reforma Administrativa e quando vêm interrompidas as negociações da Proposta Reivindicativa Comum por parte do Governo, têm de discutir amplamente os seus problemas assim como formas de luta a adoptar se não forem satisfeitas as suas reivindicações, tendo presente que só um sindicalismo assente na discussão nos locais de trabalho e na recusa às decisões de gabinete ou de cúpula pode levar à vitória dos trabalhadores.

REVOLUCIONÁRIOS VENCEM NOS ELECTRICISTAS DO CENTRO

Quando estão contados quase todos os votos está já assegurada a vitória da lista B, com 876 votos para os corpos gerentes do Sindicato dos Electricistas do Centro.

A lista B continua o trabalho da anterior direcção que orientou a actividade numa perspectiva de defesa

intransigente dos interesses dos trabalhadores e que nos Plênários da Inter-sindical votou juntamente com os revolucionários, opondo-se quer às posições conciliadoras quer às radicais que aí se manifestam.

Em segundo lugar ficou a lista A, com 539 votos.

Esta lista, embora se tenha tentado apresentar como "unitária de esquerda", não logrou enganar os trabalhadores que não tiveram dúvidas quanto a quem defende coerentemente a unidade e os interesses de classe.

O MES saúda esta vitória dos revolucionários que

demonstra mais uma vez que o trabalho coerente e persistente dá os seus frutos e que há cada vez mais condições para que as massas façam suas as posições de combate firme à recuperação capitalista que o actual Governo burguês pretende.

A DEPENDÊNCIA ECONÓMICA

Como anunciámos no último número do "PP", vamos iniciar neste a publicação de uma série de textos de apoio que foram base dos trabalhos que o MES empreendeu para realizar a sua I Conferência Nacional sobre Política Internacional.

Por agora, e para além de uma introdução geral sobre o tema "Dependência económica e crise do capitalismo em Portugal", ficaremos com a análise da dependência comercial do nosso país relativamente ao Centro capitalista industrializado mundial, bem como o seu papel e inserção no mercado capitalista mundial e na respectiva divisão internacional do trabalho.

Dado o elevado grau de integração atingido nos nossos tempos pelo sistema mundial capitalista, torna-se difícil, senão impossível, compreender a natureza das diversas sociedades nacionais que o compõem fora do seu contexto mundial.

Particularmente no caso português, qualquer esforço sério de compreensão da natureza das classes sociais, dos seus interesses e das suas relações mútuas, devem partir do estudo do tipo e da intensidade das relações que ligam Portugal ao bloco mundial em que está inserido, ou seja, o bloco imperialista.

Tais relações não são de interdependência, ou seja, relações entre iguais que a todos beneficiariam, como o pretende fazer crer a ideologia burguesa dominante no Ocidente, mas sim relações de dependência. Estas relações estabelecem-se entre um país (ou bloco) dominante e um país (ou bloco) dominado, e caracterizam-se pelo facto de serem as necessidades próprias do desenvolvimento capitalista do primeiro, bem como a sua política, que determinam, e até certo ponto conduzem, o desenvolvimento (ou, em muitos casos, o sub-

desenvolvimento) e a política seguidos pelo segundo.

Daqui decorre a consequência de que, no país dominado, aos obstáculos e adversários internos que se opõem à luta das classes exploradas pelo fim da exploração e dominação capitalistas, se vêm somar todo um complexo de relações e interesses externos que torna particularmente difícil a transição para o socialismo.

A fase de luta de classes que terminou no 25 de Novembro fica como um bom exemplo histórico de como um sistema capitalista nacional, momentaneamente sem um poder de classe que o sustentasse, postos em causa os mecanismos de exploração e repressão até ao extremo, abalado o aparelho de Estado e muito mais ainda o aparelho militar, conseguiu sobreviver em boa medida graças ao facto de estar totalmente envolvido e dependente de um macro-sistema dominante - o imperialista.

O caso português fornece também exemplos elucidativos quanto ao facto de, na realidade, as relações de dependência actuarem de forma global ou seja, combinando os aspectos económicos, político-militar e ideológico num todo mais

ou menos eficaz e coerente.

Porém, para efeitos de análise, é conveniente distinguir os aspectos económicos da dependência, em relação aos restantes. Por sua vez, esses aspectos podem ser descritos da seguinte forma:

- dependência comercial;
- dependência de mão-de-obra;
- dependência financeira

Neste número do "Poder Popular" abordaremos apenas o primeiro destes aspectos, ainda que parcialmente, pois será concluído no próximo número, com os temas "Portugal e a divisão internacional do trabalho", "Dependência como?" e "Porquê o Mercado Colonial?", todos eles ainda inseridos neste ponto que trata da dependência comercial do capitalismo português.

a) - Dependência comercial

Os vínculos de dependência são particularmente visíveis no comércio externo, podendo detectar-se em vários aspectos.

Em primeiro lugar, existe um elevado grau de abertura da economia portuguesa às relações com o exterior. Em 1974, o conjunto das exportações e das importações representava 52,1% do produto interno bruto português. Este grau de abertura significa, por um lado, que Portugal depende bastante do fornecimento de produtos importados para a acumulação de capital, e por outro, que uma grande parte da produção está virada para o mercado externo.

Em segundo lugar, é também elevado o grau de concentração das relações comerciais. Em 1973, no total, o mundo capitalista desenvolvido (não contando com o Japão) tomava conta de 72,4% das exportações e de 70,2% das importações do nosso país.

É de observar com especial atenção o caso do bloco CEE, e das colónias na sua evolução. Assim, a importância da CEE como mercado para as exportações portuguesas não tem parado de crescer. Em 1958, adquiriu 24,7% das exportações portuguesas, e em 1975 essa percentagem foi de 50,2%. Em contrapartida, o papel das colónias foi-se reduzindo cada vez mais. De 1960 para 1974, o peso das importações de Portugal para as colónias foi reduzido, respectivamente de 14,4% para 10,5% e de 25,5% para 11,0%.

Ou seja, ao longo das décadas de 60 e 70, Portugal foi perdendo progressivamente o seu papel de mini-potência colonial para ser cada vez mais integrado na economia mundial capitalista, e em particular, com o bloco CEE.

Em terceiro lugar, a dependência revela-se na diferença profunda entre os tipos de produtos importados e exportados. Em 1973, 2/3 das importações eram constituídas por produtos manufacturados, sendo 32% de maquinarias e material de transporte. Isso corresponde a uma carência básica da estrutura industrial portuguesa, pois mais de 1/3 dos equipamentos utilizados em Portugal são importados. Observe-se que só a CEE fornece cerca de 2/3 das máquinas e material de transporte importados.

Em contrapartida, as exportações estão concentradas em produtos provenientes da agricultura ou das indústrias ligeiras, e portanto, com um baixo conteúdo tecnológico,



O CONFLITO NO «CORNO DE ÁFRICA»

A região chamada do "corno de África", de importância estratégica enorme em ordem à partilha de influências entre o bloco hegemónico soviético e o bloco imperialista americano, sofreu nos últimos tempos um aumento de tensão brusco que se traduz actualmente num conflito de grandes repercussões internacionais entre a Somália e a Etiópia.

Este conflito entre dois países que têm seguido e defendido as posições mais progressistas no seio da O.U.A. (Organização de Unidade Africana) e que, precisamente, se têm colocado no campo progressista mundial, tem sido fomentado e manipulado por diferentes potências capitalistas, cujo principal objectivo é o de procurar converter o Mar Vermelho num "lago reaccionário", dentro da estratégia político-militar encabeçada pela Arábia Saudita.

Os mentores desta estratégia (os E.U.A. vêm à cabeça) mais não visam do que isolar para, depois, esmagar separadamente aqueles dois países progressistas africanos e, por outro lado, desviar os povos árabe-africanos que se envolvem no conflito (questões de fornecimento de armas, etc.) da sua luta activa contra o racismo e o sionismo nas respectivas regiões.

Mas qual a origem directa do conflito?

A divisão territorial colonialista realizada em África delimitou as fronteiras de ambos os países em finais do século XIX e princípio do século XX. Os seus limites foram posteriormente ratificados, quando posta de novo a questão sobre a região desértica do Ogaden, rica em recursos minerais, pela O. U. A., que estipulou a inviolabilidade das fronteiras herdadas da colonização, que incluíam Ogaden como território etíope.



Mas o levantamento, de novo, do problema envolve sérios riscos de fomentar a reedição das guerras locais por todo o continente africano. (Diferentemente se passa, aliás, no seio do território etíope, com a questão da Eritreia, nacionalidade autónoma que foi anexada pela Etiópia finda a II Guerra Mundial, pois era pertença colonial da então vencida Itália, e que hoje justamente luta pela emancipação nacional através da sua Frente Popular de Libertação da Eritreia, juntamente com outros movimentos, tendo já entabulado negociações com o regime militar progressista etíope no sentido da resolução da sua questão nacional).

É com base na consciência deste facto que vários países africanos procuraram, inclusivé no seio da O.U.A., mediar neste conflito, fazendo esforços no sentido de buscar uma solução política e negociada para a disputa somali-etíope.

Contudo, os esforços até hoje já feitos para o cessar fogo no Ogaden (por exemplo por Moçambique, Argélia, Madagascar, Líbia e República Popular do Congo, e finalmente pelo próprio vice-presidente da O.U.A.) não deram ainda resultados positivos, correndo os países em disputa crescentes riscos de envolvimento na teia da disputa mais geral entre os grandes blocos mundiais, perdendo a direcção dos seus próprios assuntos, bem como a autonomia das suas acções, e caindo finalmente no âmbito da política imperialista ou hegemónica de "responsabilidades divididas", que, concretamente, nas várias regiões do globo, certos países deveriam assumir para defender interesses que basicamente não são os seus nem, muito menos, os da construção de uma nova sociedade dos países do continente africano.

LUTA ESTUDANTIL

ELEIÇÕES NO SUPERIOR - AVANÇO SOBRE A DIREITA

Com as recentes votações para a AAC culminou um primeiro ciclo de eleições para as escolas do Ensino Superior.

Iniciando-se com as votações para os delegados às Assembleias de Representantes este processo veio a soldar-se por uma significativa perca de lugares por parte das forças de direita, relativamente ao ano anterior. Neste aspecto a política de Cardia tem sofrido fortes derrotas já que fazia parte dos seus planos entrar com fortes apoios internos às próprias escolas para ir levando pacificamente por diante o projecto de reconversão capitalista.

Os casos mais flagrantes foram os de Agronomia e Direito de Lisboa (tradicionalmente "bastiões" do PPD/CDS/MIRN) aonde as listas de esquerda se saldaram como as grandes vencedoras. Assina-le-se o trabalho desenvolvido pelos nossos camaradas em Agronomia aonde se conseguiu, pela primeira vez, cons-

truir uma lista de unidade contra a direita, assim como as vitórias de listas revolucionárias apoiadas pelo MES no ISE, no Técnico, ISCTE, Medicina do Porto...

ELEIÇÕES PARA A AAC - O SECTARISMO DE UNS E A OSCILAÇÃO DE OUTROS NÃO PERMITIRAM A UNIDADE

Entretanto as recentes eleições para a Direcção geral da Associação Académica de Coimbra saldaram-se, também elas, por uma importante vitória sobre a direita.

Mas este ano, contrariamente ao anterior, a unidade não foi possível - a lista vencedora recebe o apoio exclusivo da UEC e, como tal, tem uma base de apoio reduzida na Academia e, bastante mais reduzida nos quadros estudantis.

A importância política da apresentação duma lista de unidade era bem evidente face ao actual estágio do movimento e à política de Cardia. O sectarismo da UEC e a oscilação permanente de alguns membros da UEDS não permitiram a apresentação dessa lista e a continuidade de trabalho da anterior direcção. Aos revolucionários cabe aprender com estas derrotas (mesmo parciais) e, nesta fase, reforçarem o seu trabalho nas secções e organismos autónomos.

ELEIÇÕES DIA 25 DE MARÇO NO SINDICATO AGRÍCOLA DE BEJA

Uma Lista para a Luta

Aproximam-se as eleições para o sindicato dos trabalhadores agrícolas do Distrito de Beja. Assinada por um largo numero de trabalhadores rurais com prestígio junto dos seus camaradas delegados sindicais, dirigentes de cooperativas, membros do Secretariado da União de Cooperativas e de UCPs - foi apresentado um manifesto para a criação de uma lista de unidade que defendendo um sindicalismo de luta e a democracia sindical avança com as palavras de ordem: "NA DEFESA E AVANÇO DA REFORMA AGRÁRIA", "PELA SAÍDA DO NOSSO CONTRATO", "PELO DIREITO AO TRABALHO". Resumimos, a seguir, o manifesto apresentado, que está já a recolher assinaturas junto dos assalariados rurais.

QUEM SOMOS E O QUE QUEREMOS?

Somos trabalhadores rurais como tu. Somos sócios do Sindicato. Alguns de nós somos delegados sindicais e dirigentes de Cooperativas e U.C.P.s. Queremos participar na vida do nosso Sindicato, como é nosso dever e direito.

Defendemos que só a unidade de ferro de todos os trabalhadores pode vencer a ofensiva que fascistas, latifundiários e o governo PS/CDS lançam contra nós. Por isso lutamos pela unidade do Movimento Sindical, defendendo a C.G.T.P.-Intersindical contra a Carta Aberta e todas as manobras do minis-

tro Gonalves para criar outros falsos sindicatos rurais. Por isso propomos que se forme uma lista de unidade de todos os trabalhadores para defesa e avanço da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores do campo e das conquistas de Abril.

POR QUE LUTAMOS?

1º LUTAMOS POR UNIR OS TRABALHADORES NA DEFESA E AVANÇO DA REFORMA AGRÁRIA.

Para defender a Reforma Agrária lutamos: - Contra a aplicação da lei-Barreto e pela sua revogação; - Contra as entregas de

reservas; - Pela reocupação de reservas já entregues, a começar pelas que estão abandonadas; - Contra o corte do Crédito Agrícola de Emergência; - Pela expropriação dos largos milhares de hectares de terras ainda por expropriar;

- Pelo apoio do Estado às UCPs e Cooperativas: crédito a médio e longo prazos, a juros baixos, aplicação de um seguro de colheitas e culturas, fixação de preços de campanha e garantia de escoamento da produção e apoio técnico

- Pelo fim do pagamento pelas UCPs e Cooperativas dos 19% à Previdência; - Pelo pagamento das dívidas do Estado às UCPs e Cooperativas;

- Por fortalecer a unidade dos trabalhadores da Reforma Agrária com os seus irmãos ainda explorados pelos agrários, e pela unidade dos trabalhadores rurais com os pequenos e médios agricultores.

2º LUTAMOS PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES

DE VIDA E TRABALHO

- Lutamos pelo nosso contrato colectivo de trabalho

- Lutamos por medidas contra o desemprego

- Lutamos pela melhoria das condições de vida das mulheres

3º LUTAMOS POR UM SINDICATO UNIDO, FORTE E DEMOCRÁTICO

Defendemos que o Sindicato tem um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores e das Conquistas de Abril. Por isso é urgente reforçá-lo.

As actuais fraquezas do nosso Sindicato são da responsabilidade da direcção presente e precisam ser combatidas.

O reforço do Sindicato só é possível se existir uma verdadeira ligação da Direcção aos trabalhadores.

CAMARADA TRABALHADOR RURAL QUE NÃO QUERES SER DE NOVO ESPEZINHADO PELOS AGRÁRIOS FASCISTAS, APOIA A NOSSA LUTA, QUE É A LUTA DE TODOS NÓS!



CAP EM PÉ DE GUERRA

A história é simples. Apareceram na Ranginha, perto de Marvão, sete tractores para irem buscar gado que tinha sido comprado na região. Os CAPs da zona julgando que se tratava de tractores da Reforma Agrária, dirigiram-se logo para lá armados de mocas. Gerou-se natural confusão. Finalmente os senhores da CAP, compreendendo o seu erro, retiraram-se satisfeitos consigo próprios depois de tamanho acto de heroísmo...

(do "UNIDADE E LUTA" - 16-folha do MES para o Alto Alentejo).

OS CAMINHOS DA UNIDADE POPULAR

(Continuação da primeira página)

Popular. Mas não nos alimentam saudosismos, pois quem não compreende a mudança só pode preparar a derrota. Hoje, ao contrário da fase anterior, há que privilegiar o terreno dos Sindicatos na luta pela unidade das massas trabalhadoras, há que privilegiar o terreno civil, compreendendo o grande recuo e secundarização do papel da componente militar revolucionária, há que dar toda a importância à necessidade de consolidar e alargar a influência e organização política de vanguarda da classe operária e do povo trabalhador, na luta pela construção do Partido Revolucionário da Classe Operária.

A todos os companheiros e camaradas revolucionários que desejam sinceramente o reforço da luta e da unidade contra a ofensiva burguesa, nós apresentamos uma plataforma para o desencadear de uma acção comum.

A construção da unidade Popular e o reforço da luta exigem uma análise segura da realidade e uma orientação firme para a acção. As propostas de unidade que apresentamos assentam em resoluções políticas que aprovamos após um período de alguns meses de trabalho político na preparação e realização do nosso III Congresso.

A experiência vem provando a justeza da análise da situação política como de democracia burguesa limitada e a recusa da tese do golpe fascista a curto prazo.

A experiência da luta na actual fase impõe também como tática justa para a actual situação, a tática da luta para erguer a Resistência Popular que mantenha em aberto a crise de dominação burguesa e permita acumular, num processo prolongado, as forças necessárias no campo popular e revolucionário para desencadear uma crise de Estado, que terá de ser resolvida a favor dos trabalhadores pela utilização firme, dirigida e organizada da violência das massas trabalhadoras.

Na actual situação estamos ainda numa fase inicial deste longo e duro caminho e é por isto que a nossa proposta de Unidade é ainda relativamente limitada. A nossa proposta de unidade assenta na organização da acção comum dos revolucionários nas frentes de luta do povo trabalhador e dos mais vastos sectores populares. Neste campo destacam-se as frentes de luta mais ligadas à classe operária e aos sectores mais explorados do povo. É assim que no centro da nossa acção na luta pela unidade temos dado grande importância à acção no terreno sindical, procurando consolidar e dar expressão organizada à Unidade Popular sob direcção revolucionária.

Temos procurado também com afino a realização de compromissos políticos que permitam dar resposta adequada e o mais ampla possível ao avanço da direita fascista e à crescente ingerência imperialista.

É por este caminho que há que avançar de forma segura e decidida a este caminho, chamamos sem sectarismo e com total abertura todos os sectores e camaradas revolucionários.

N. TEOTÓNIO PEREIRA

AVANCEMOS PARA AS COMEMORAÇÕES

11 DE MARÇO

No passado dia 27 realizou-se na Casa da Imprensa uma Conferência de Imprensa convocada pela Comissão Promotora das Comemorações do 11 de Março.

O camarada Luis Moita fez a apresentação de um Manifesto subscrito por dezenas de anti-fascistas onde começa por se afirmar: "A situação política e social do nosso país vai-se agravando.

A formação de um governo de direita com a participação do CDS vai contra a vontade e os interesses do

Povo Trabalhador de Portugal."

Como resposta a esta situação e a finalizar aponta o Manifesto:

"O caminho da Unidade e da Luta é o único possível na actual situação. Só a força da Unidade Popular pode barrar o caminho ao avanço da direita e à ameaça fascista e dar sentido à Resistência que urge erguer às medidas do Governo com o CDS.

Os trabalhadores, sindicalistas, intelectuais, democratas e anti-fascistas que subscrevem este Mani-

festos, fiéis ao seu passado de luta pela Unidade Popular, apelam para um vigoroso esforço de unidade em defesa das conquistas populares, sem aventurismos nem cedências, seguros de que o caminho para a Unidade Popular, na actual situação política, é o da unidade na acção nos terrenos da luta anti-fascista, pela defesa da Reforma Agrária, pelas liberdades democráticas, pelo julgamento exemplar da Pide e do fascismo, da luta contra o Pacto Social da miséria, pelo fortalecimento

do Movimento Sindical Unitário, da luta pela Independência Nacional, contra as exigências do FMI e do Imperialismo."

Em seguida o camarada Moita anunciou a realização



de um comício a levar a efeito no próximo dia 10 de Março pelas 21.30 na Voz do Operário, cujas palavras de ordem serão: -Unidade e Luta contra o

avanço da Direita -Não ao CDS no Governo Com este comício pretende a "Comissão Promotora das Comemorações do 11 de Março" deixar bem claro que a única maneira



de defender as conquistas populares obtidas a partir do esmagamento da intenção fascista ocorrida naquela data é a Unidade e a Luta do Povo Trabalhador.

Para além do comício foi também anunciado uma romagem ao RALIS e a deposição de uma coroa de flores por antigos camaradas do soldado Luis.

Por fim um camarada ex-militar do RALIS referiu-se ao renascimento e avanço do fascismo nas Forças Armadas, denunciando a recente reintegração dos oficiais fascistas que em 11 de Março de 75 viraram as suas armas contra o 25 de Abril e que agora vão engrandecendo nos quartéis as fileiras dos que, protegidos pela hierarquia militar reaccionária vão transformando as Forças Armadas em poderosa e perigosa ameaça para o Povo Português.